

**A história da substituição da metafísica,
contada pela Crítica da Razão Pura: uma
resposta à pergunta "É possível usar a
filosofia kantiana para pensar e resolver
os desafios da humanidade em 2024"?**

**The story of the replacement of
metaphysics, told by the Critique of
Pure Reason: an answer to the question
“Is it possible to use Kantian philosophy
to think about and solve humanity's
challenges in 2024”?**



10.21680/1983-2109.2024v31n64ID33055

Lucas Ribeiro Vollet

(UFSC)

luvollet@gmail.com

Resumo: A transição do modelo metafísico de produção de conhecimento sobre a necessidade, para o modelo científico moderno, exigia uma investigação filosófica dos seus fundamentos, que Kant forneceu nas últimas décadas do século XVIII. Séculos depois, a análise dessa fina operação ainda desvenda perspectivas

de nossa auto-compreensão como seres capazes de representar a solubilidade dos problemas sobre a verdade em uma unidade cognoscível. Muito antes de abrir o debate sobre as condições cognitivas técnicas e formais (na ciência cognitiva e na semântica moderna), Kant mostrou a capacidade reflexiva do humano para representar essas condições transcendentemente como um problema que não é indecível para si mesmo. Pela clareza sobre o problema originário e pelo alcance de sua leitura das consequências desse problema, Kant ainda é o marco zero de uma problematização do humano como o ser cuja presença no mundo estabelece os parâmetros para o possível e o necessário – uma discussão que pervade as ciências humanas e naturais, e que será de utilidade fundamental para o debate que tende a se intensificar nos próximos anos sobre a inteligência artificial.

Palavras-chave: *Kant, Critique of Pure Reason, Transcendental Philosophy*

Abstract The transition from the metaphysical model of knowledge production about necessary truth to the modern scientific model required a philosophical investigation of its foundations, which Kant undertook in the last decades of the 18th century. Centuries later, the analysis of this fine operation still reveals perspectives of our self-understanding as beings capable of representing the solvability of problems about truth in a knowable unity. Long before he opened the debate on technical and formal conditions of knowledge (in cognitive science and modern semantics), Kant showed the reflexive capacity of human beings to represent these conditions transcendentally as a problem that is not undecidable for itself. Because of the clarity of the original problem and the scope of his reading of the consequences of that problem, Kant remains ground zero for a problematization of human being as the being whose presence in the world sets the parameters for what is possible and what is necessary – a discussion that permeates the human and natural sciences and will be of fundamental use to the debate over artificial intelligence, which will tend to intensify in the years ahead.

Keywords: *Kant, Critique of Pure Reason, Transcendental Philosophy*

A tese da Crítica da Razão Pura: o fim e renascimento de uma metafísica compatível com os modelos científicos modernos

Nestes trezentos anos após o nascimento de Kant, sua doutrina canônica permanece disponível no mercado filosófico como um pródigo centro de possíveis interpretações do papel da razão pura para justificar reivindicações de conhecimento. No entanto, não é fácil dizer se o autor conseguiu abastecer o mundo europeu com um novo paradigma de racionalidade que prescindisse das deficiências e limitações da metafísica e conservasse as suas virtudes, nomeadamente, a capacidade de fundamentar o nosso conhecimento noumenal, sobretudo o conhecimento científico independente da experiência. Para ser justo, o autor terminou sua vida sem motivos para acreditar que não teve sucesso. Kant apresenta seu argumento para a representação bem-sucedida de julgamentos empíricos não falíveis (juízos a priori e sintéticos) em uma estratégia para provar nosso direito de possuir a estrutura conceitual que ancora nosso conhecimento de conexões empíricas, argumentando que sem essa representação, faltaria qualquer parâmetro objetivo para reconhecer a correção intuitiva de nossos julgamentos (KrV B141). São necessárias categorias que prescrevam leis a priori aos fenômenos (KrV B 164)

Essa estratégia argumentativa é usada novamente por Kant em conjunto com a questão do sentido interno, em (KrV B 246-7): “quando algo acontece realmente, tem de ser um juízo empírico, (...) que pressuponha outro fenômeno, a que sucede necessariamente ou segundo uma regra”.

Existem várias nuances controversas nesse argumento, por exemplo, a questão do local específico de seu estudo - se psicologia cognitiva ou idealismo fenomenológico, etc. - mas, em geral, seu núcleo pode ser resumido pela tese de que temos a capacidade de ordenar espontaneamente representações e também vincular as representações a essas regras de ordenação.

Essa estratégia não ocorre sozinha na Crítica da Razão Pura. Coordena-se com pelo menos quatro teses: as duas primeiras são a revolução copernicana na filosofia (KrV B xxii) e o idealismo transcendental, ou seja, as teses de que nosso conhecimento das coisas externas é meramente fenomenal e, portanto, depende das condições de representação do sujeito, que se torna o centro de perspectiva para uma Inquirição do conhecimento. As duas últimas teses são as teses transcendental e crítica, que afirmam que todo conhecimento que vai além das condições idealizadas pelas formas do sujeito são violações dialéticas e dogmáticas das condições intuitivas de representação. A Tese Transcendental é a base para a resistência de Kant às violações dialéticas. A Tese Crítica é a base de sua resistência ao dogmatismo. Todas essas teses formam um novo ângulo de defesa filosófica contra o ceticismo baseado no enriquecimento do empirismo clássico por condições de representação a priori e normativas¹.

De qualquer forma, toda a solução pode ser rastreada até o extenso trabalho de Kant para decifrar o mistério da

¹ Ainda outras estratégias foram usadas por Kant para tornar essa prova conclusiva. Somente na Analítica Transcendental, Kant argumentou longamente contra o cético na Dedução das Categorias e contra o Idealismo empírico na Refutação do Idealismo, onde ele defende que “mesmo a nossa experiência interna, indubitável para Descartes, só é possível mediante pressuposição da experiência externa” (KrV A 492/ B 521). O autor conduz ainda uma investigação preliminar das anfibiologias dos conceitos de reflexão, onde acusa Leibniz de sensualizar os conceitos do entendimento e “elaborar um pretenso sistema de conhecimento intelectual, que propunha determinar seu objeto sem intervenção dos sentidos” (KrV A 271/ B 327). A dialética transcendental, prometendo estudar o conceito transcendental de razão, “que é apenas o conceito da totalidade das condições relativamente a um condicionado dado” (KrV A 323/ B 379), também contribui para a estratégia de demonstrar os usos ilícitos desse conceito, quando a razão anseia dar a essa totalidade, ou ao incondicionado, um objeto puramente intelectual, sem possibilidade de prova empírica. O autor amplia o escopo de análise dos erros que pertencem estruturalmente à razão pura e reforça a necessidade de uma orientação crítica e não dogmática: “a totalidade absoluta dos fenômenos é apenas uma ideia, pois como não podemos nunca realizar em uma imagem algo semelhante, permanece um problema sem solução” (KrV A 328 / B 384).

faculdade do juízo e a capacidade humana de representar suas regras por meio de um sistema. A obra do filósofo representa um dos fatos fundamentais da constituição humana, a saber, sua capacidade de idealizar sua representação do mundo por meio das formas e normas, sem o apego ideológico dessa concepção a uma imagem dogmática e supra-sensível da inteligência humana. Essa tese tem sido chamada de Idealismo Transcendental desde a primeira Crítica, e seu traço característico é o deslocamento (chamado “copernicano”) do foco do objeto para a faculdade humana que idealiza a unidade da representação do objeto em uma síntese, chamada apercepção: “algo sob o qual toda intuição deve estar para se tornar um objeto para mim”. (KrV B138).

O idealismo transcendental, em sua essência, fornece uma justificativa a priori da verdade dos juízos sintéticos por meio das condições normativas fornecidas pelo quadro que ancora a aplicação do juízo à experiência possível – condições formais conceituais e intuitivas – o que culmina em uma Doutrina do Método, no final da obra. Assim Kant fecha seu argumento. Todo o trabalho da Analítica Transcendental, assim, se converte organicamente – no final da Crítica – em uma exposição do método matemático e um especulativo, que deve se reservar a oferecer uma heurística. No primeiro, as definições “nunca podem ser falsas”, porque “o objeto que a matemática pensa, representa-o também a priori na intuição” (KrV A 730/ B 758). O segundo representa um método empírico, que, não tendo o mesmo benefício que a matemática na representação da concordância do objeto com o conceito, exige a concepção de uma linha temporal de especulação onde as evidências e intuições guiam o juízo à evitar a falsidade:

opiniões e juízos prováveis acerca do que convém às coisas podem apenas apresentar-se como princípios de explicação do que é realmente dado ou como consequências que derivam, segundo leis empíricas, do que serve de

fundamento como real, isto é, unicamente na série dos fenômenos da experiência (KrV A 776 / B 804).

Esse caminho permite que Kant realize o desfecho de seu argumento voltando à metafísica, embora já em um formato cauteloso:

a metafísica, tanto da natureza como dos costumes, e sobretudo a crítica de uma razão que se arrisca a voar com suas próprias asas, crítica que a precede [a metafísica] de modo propedêutico, constituem por si sós, propriamente, aquilo que podemos chamar, em sentido autêntico, de filosofia” (KrV A 850/ B 878).

A ciência empírica é assim alçada à condição racional, sem precisar ter sua ambição à certeza apodítica sacrificada ou jogada no mesmo cesto que em que o cético empurrou a metafísica escolástica

As dificuldades em aceitar o sucesso dos argumentos da Crítica da Razão Pura

Se os argumentos de Kant pareciam tão decisivos, porém, é preciso voltar à questão de por que sua filosofia sempre produziu mais dúvidas e problemas do que certezas e consensos. E a resposta mais curta é que o autor condicionou seu sucesso a uma série de estratégias de mediação desafiadoras, como entre empirismo e racionalismo, realismo e idealismo, um fundacionalismo cognitivo que está vinculado aos fenômenos da experiência e, portanto, não pode apresentar o significado de proposições modais – como juízos problemáticos e apodíticos – através de sua prova ou sua verdade. Segundo a Revolução Copernicana na Filosofia, consubstanciada no final da Dedução Transcendental, onde “os conceitos tornam a experiência possível” (KrV B 167), até a objetividade das representações gravita condições subjetivas, em uma mistura de condições materiais e formais , que, ao

invés de satisfazer ambos os lados, só pode favorecer a insatisfação mútua de objetivistas e subjetivistas. Por último, o autor se perde em uma descrição ambivalente de metafísica, sem coragem para descartá-la completamente, e assumindo assim uma versão prática e crítica de seu potencial totalizador. Agradar a todos os lados pode não ser a melhor estratégia ao lidar com polos radicais para quem a reconciliação significa a perda de sua identidade. Em filosofia, há muito ceticismo possível no realismo empírico de Kant para que ele ganhe o voto fundacionalista; e a parte idealista do projeto de Kant ocupa um espaço que dificilmente pode ser compartilhado com um realista inveterado.

Além disso, os exemplos de categorias e intuições puras elencados por Kant não se traduzem em verdades históricas imutáveis. Kant defendeu com devoção que sua tabela de categorias e formas intuitivas está completa, embora muitos dos juízos derivados dessa tabela e intuição-formal tenham encontrado fortes concorrentes em geometrias não euclidianas e tenham sido até mesmo substituídos por leis científicas com maior poder preditivo e explicativo. Embora seja justo debater se as proposições da teoria da gravitação de Newton devem ser abandonadas após as proposições da teoria da relatividade ou podem ser mantidas em uso como algum paradigma instrumental alternativo, isso não é discutível do ponto de vista de sua natureza proposicional. Quando se trata do problema de sua verdade ou falsidade – isto é, quanto à sua garantia de asserção (faculdade de juízo) – as proposições de ambas as teorias não podem coexistir no mesmo sistema conceitual. Se aceitarmos a tese de Kant mais esses resultados da história da matemática e da física teórica, devemos aceitar interpretações falibilistas de julgamentos necessários e interpretações empiricamente revisáveis de julgamentos a priori, que pareceriam duas abominações lógicas na época de Kant – e ainda hoje só poderiam ser aceitos sob pressupostos que estão em grande desacordo com os cânones clássicos que

mantêm o estudo da lógica em um estado de estabilidade mínima para ser ensinado em livros didáticos.

Diante de tudo isso, a primeira dúvida se inverte. A curiosidade muda para outro ângulo: como é possível que a doutrina de Kant ainda seja estudada, e com tanta persistência, dada a evidente falsidade de algumas de suas afirmações mais fundamentais? Nossa resposta é que o fracasso de Kant fornece uma meta-descrição de uma limitação do entendimento. Ela revela uma condição da própria ciência ocidental, a saber, que ela pode advogar proposições necessárias sobre fatos apenas com a condição de não questionar o parâmetro de ancoragem conceitual usado como estrutura para representar essa afirmação como verdade. Para representar a expressão lógica desse conhecimento, ele precisa de parâmetros que não pode questionar. Além disso, o autor complementou a parte analítica de sua obra com um formidável sistema metafilosófico para descrever uma imagem da arena de antigos conflitos filosóficos entre proposições antinômicas. A Dialética Transcendental promete dar uma descrição de vários conflitos da razão consigo mesma, bem como revelar o gatilho que revive essa dialética de tempos em tempos como uma condição da própria razão pura e sua meta de gerar conhecimento sobre o incondicionado – apesar de sua limitação a dar uma intuição a esse conhecimento.

Numa introdução para estudantes e interessados na verdadeira revolução iniciada por Kant e na riqueza de caminhos abertos pela Crítica da Razão Pura, é preciso focar nessa mudança de paradigma que estabeleceu a ciência moderna não como um mero instrumento técnico com funções práticas e respostas tecnológicas, úteis, porém incapazes de realizar as mesmas façanhas que a metafísica e a teologia em sua missão de reconciliar todos os fragmentos de conhecimento em uma visão unificada e supra-sensível da

verdade. A ciência moderna, graças ao esforço do trabalho de Kant, também poderia ser vista como um corpo de conhecimento centrado na capacidade humana de encontrar soluções para os problemas proposicionais que ela coloca, de modo que o discurso científico é antes de tudo o resultado dos parâmetros de verdade e falsidade que nós humanos podemos aperceptivamente gerar – como um conjunto de categorias – e sistematizar através do uso prático e heurístico da razão.

Considerações finais

Agora é preciso falar dos desafios que Kant nos legou. Como podemos ver, pode-se dizer que Kant programou a direção geral para o desenvolvimento dessas questões, levantando para nós a forma que deve assumir uma teoria – uma teoria do homem ou máquina? instrumental ou antropológico? - sobre a solubilidade da questão da legitimidade e soberania da razão pura. Essa questão está presente no debate moderno, sob diversos ângulos. A tradição filosófica europeia, ou o pós-resíduo dessa tradição, presente na comunidade filosófica global contemporânea, incapaz de superar a necessidade de legitimação da autoridade racional, deve desenvolver explicações para a autolegitimação dos seres humanos como aqueles para os quais a questão da "verdade" surge sempre ao lado da questão da representação e, portanto, 1. não pode representar sem julgar, isto é, teorizar a verdade formulando técnicas pré-semânticas de construir as bases esquemáticas de emparelhamento entre sentenças e suas instâncias (na forma de confirmação, asserção justificada, etc.); e 2. está, portanto, condenado a criar seus próprios parâmetros para julgar asserções bem-sucedidas (representando a unidade da matéria representativa em uma autoconsciência aperceptiva).

O objetivo é, em outras palavras, responder a estas questões: como podem os seres humanos idealizar as

condições de representação de um problema sobre a verdade de proposições não empíricas que – apesar de não poder apelar à percepção e outras sínteses inferiores – não é indecível (obscuro, esquecido) para eles mesmos? O autor não tinha os recursos técnicos dos semânticos modernos – construídos pela lógica-matemática do século XIX-XX - para desenvolver suplementações técnicas à análise da cognição e das possibilidades de estimar a compatibilidade entre representações conceituais e intuitivas. Nem surge, em seu cânon, questões mais técnicas relacionadas à faixa etária ou competência operatória pertinentes a seres humanos capazes de representações de segunda ordem e aprendizado de lógicas não-clássicas. Mas ele tinha a clareza sobre a base filosófica do problema: como dar unidade às representações em uma síntese que possa produzir o princípio de espelhamento que torna o mundo exterior reconhecível para o homem – isto é, que converte a matéria abastecida pela recepção sensível em um conglomerado ordenado em uma consciência.

Antes que isso se tornasse uma questão técnica na ciência cognitiva e na semântica moderna, a filosofia transcendental de Kant abre um estudo sobre as narrativas de autenticidade, de autoconhecimento e de superação de dogmas que a história da ciência moderna tem de contar para compreender a si mesma como centro paradigmático da produção de princípios de síntese que permitem à natureza assumir um formato cognoscível. Como seria de esperar, isso também questiona a reivindicação de autenticidade da ciência moderna, levantando a suspeita de que ela seja a última expressão de um telos fundamentalmente técnico e uma racionalidade puramente instrumental. Kant não pode ser visto como responsável direto pelas últimas suspeitas; mas é, no mínimo, o catalisador de um debate que abre oportunidades a elas.

Outros desafios podem ser observados, mas somente se tivermos clareza sobre as pré-condições dos projetos técnicos da semântica-ciência cognitiva. Se as representações da verdade (teorias da verdade ou regras de julgamento) proliferarem em versões competidoras como algoritmos concorrentes de computação, não seremos capazes de manter uma expressão estável dos parâmetros racionais que tomamos emprestado para afirmar uma visão absoluta de nossa realidade histórica cultural e individual. Na ausência de uma resposta psicológica ou natural, uma validação ideológica e alguma meta-imagem moral do ser humano espelhando-se em círculos hermenêuticos e "narrativas" antropomórfico-semióticas parece ser tudo o que resta. Seríamos então forçados a narrativas místicas ou fetichizadas sobre nós mesmos, o que é absolutamente indesejável.

Assim, enfrentamos dois perigos, que continuarão presentes nos anos que seguem: o relativismo algorítmico, que reduz a verdade a uma versão calculável arbitrária; e o historicismo hermenêutico-circular, que toma como absoluto o parâmetro antropomórfico de cada época, pois além do humano só há mais do humano. Para evitar essas opções, devemos adotar uma atitude diferente, se não quisermos que a pergunta sobre a verdade seja perdida e obscurecida em uma automatização da escolha de versões, criando um filtro hermenêutico tão frouxo que favorece o que há de mais baixo a entrar entre as possibilidades no debate público. Podemos ser céticos e falibilistas sobre a base última das idealizações humanas sem negar que elas são racionais e refletem uma estrutura de ancoragem para filtrar uma concepção estável da verdade que (embora seja antropomorfizada e costurada no tecido mediador de nossas categorias e linguagem) é inegociável e, portanto, apresenta uma visão última da autoconsciência humana em cada uma de suas fases históricas. Kant é um autor decisivo para aprofundar um debate que possa nos salvar dessas ameaças.

Do ponto de vista do método, Kant demonstra que qualquer estratégia para guiar a busca pela verdade – e a distinção da falsidade – depende da forma como a “verdade” é representada como um problema solúvel e não uma obscuridade técnica, dogmática e unilateral. Essa característica da obra kantiana a levou a desafiar a tradição intelectual da Europa a se reinventar a partir de uma noção de verdade e necessidade (essência) idealizada pelo homem que faz a pergunta, de modo que a ideia-eidos não era mais compreendida dogmaticamente, mas sim através de uma abordagem transcendental que promoveu uma explosão de teorias históricas e culturais sobre o surgimento e amadurecimento dos sistemas de verdade e esquemas-conceituais. Mesmo quando chegou à tradição analítica anglo-americana, com muito menos influência sociológica e histórica, essa forma kantiana de perguntar sobre a verdade deu uma face nova, linguística e pragmática às questões epistemológicas tradicionais – e, por extensão, à questões metafísicas tradicionais.

Por outro lado, sua discussão transcendental abre as portas para um debate um tanto mais amplo conduzido sobre as condições antropomórficas sob as quais certas formas de conhecimento absoluto podem ser instaladas em uma era pós-metafísica. Das discussões existencialistas sobre o drama existencial dos seres que vivenciam a própria necessidade de fundamentar certezas (experiência da angústia, crise dos valores morais, morte de Deus, etc.), essa parte da discussão transcendental – canalizada pelos herdeiros do Idealismo Alemão – abriu portas de debate que não podem ser abertas por perspectivas não transcendentais (entendidas como uma metafísica trivial, epistemologias naturalistas e semântica computacional). À medida que os debates sobre inteligência artificial se intensificam, parece-nos que um retorno a Kant é uma das melhores alternativas para continuar a discussão em um ponto em que ela já está bastante avançada e profunda.

Referências

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Morujão. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa. 2013.

(Submissão: 01/07/23. Aceite: 14/01/24)